

Opção pela gestão mais conservadora

22 DEZ 1993

por Claudia Safatle
de Brasília

A primeira consequência do virtual adiamento do julgamento do presidente afastado, Fernando Collor de Mello, deverá ser a postergação do anúncio oficial do programa econômico do governo Itamar Franco. As diretrizes básicas das políticas de curto, médio e longo prazos foram avalizadas pelo presidente em exercício, na reunião ministerial do último final de semana. Elas seriam parte do pronunciamento do presidente na solenidade de posse prevista inicialmente para o dia 23, amanhã, um dia após o julgamento do "impeachment" de Collor de Mello pelo Senado Federal. A opção de política econômica, contudo, estaria feita.

Ao aprovar o texto dos dois documentos levados por Haddad — "Diretrizes de governo para ação de curto prazo" e "Diretrizes de governo para ação de médio e longo prazo" —, o presidente em exercício fez uma "escolha pela gestão mais conservadora dos instrumentos de política econômica, renunciou a experiências heterodoxas; mas deixou claro que pretende conduzir a retomada gradual do crescimento econômico já a partir de 1993 e que dará uma "feição social" ao plano de estabilização.

Um plano "cheio de boas intenções". Assim os industriais reunidos ontem na Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP-CIESP) avaliaram o Plano Haddad, divulgado no final de semana.

A torcida agora é que o plano — ou as suas diretrizes — passem à prática, de forma que haja "na medida do possível" a retomada do crescimento econômico.

Para Roberto Nicolau Jeha, primeiro-secretário da FIESP-CIESP e executivo da Papel São Roberto, o go-

verno Itamar Franco está "no caminho certo, ao abandonar a política neoliberalista equivocada e desastrosa que fez ampliar o nível da miséria da Nação", disse à editora Márcia Raposo.

(Ver página 8)

Haddad, que desde quinta-feira da semana passada acumula as pastas da Fazenda e do Planejamento, foi revitalizado como o condutor principal das ações de política econômica e as duas questões mais polêmicas, segundo o ministro do Planejamento, foram resolvidas. As taxas de juros continuarão reais, embora decrescentes, e as tarifas públicas serão reajustadas beneficiando com aumentos menores os mais pobres ("subsídio cruzado").

A essência do programa econômico é a reforma fiscal. Ela é que criaria espaços para uma redução do estoque da dívida pública imobiliária, através do resgate de cerca de 10% dessa dívida, que em finais de outubro passado atingia a cifra de US\$ 105,6 bilhões. "O principal objetivo da política governamental com relação à dívida mobiliária federal será o de reduzir seu estoque e encargos e alongar o seu perfil de pagamento, para reduzir as taxas de juros", conforme anuncia o documento de curto prazo.

A estratégia para romper o círculo vicioso — "no qual o desequilíbrio financeiro do setor público leva à realimentação da inflação, à paralisação dos investimentos e, portanto, à estagnação" — passa pela retomada do crescimento econômico como condição necessária para a redução da inflação.

Será, contudo, uma retomada gradual e bastante seletiva. O governo elegeu três setores que, através de acordos bianuais, comandariam um processo de aumento da produção: a in-

dústria automobilística, a agroindústria e a construção civil. A ideia desses acordos, segundo explicações de Haddad, é estabelecer metas de produção, emprego, exportação, novos investimentos, para todo o período da gestão do governo Itamar Franco. Esses acordos teriam acompanhamento trimestral e podem ser temperados com benefícios fiscais e concessão de créditos oficiais a juros mais baixos.

A partir desses acordos, e com incentivos às exportações, o ministro informou, durante a reunião do último final de semana, que já no próximo ano as exportações brasileiras poderiam saltar dos cerca de US\$ 34 bilhões anuais para a casa dos US\$ 50 bilhões.

A recuperação econômica, contudo, não pode ser acelerada. O programa de médio e longo prazo acena com dois anos de estabilização — 1993 e 1994 —, quando a perspectiva de crescimento acumulado seria de 5% para o período. A diferença com as tentativas de estabilização anteriores é de que, desta vez, o manejo dos instrumentos de política monetária e fiscal será conservador, mas "a estabilização terá uma cara social", como disse o presidente do BNDES, Antonio Barros de Castro, na reunião ministerial dos últimos dias 18 e 19.

De imediato, porém, está aprovado o programa de venda de alimentos básicos a preços até 40% mais baixos que os de mercado, através do uso dos estoques reguladores do governo, a serem distribuídos pela rede Somar. O custo desse programa, que deverá abarcar, já em janeiro próximo, 600 mil famílias, é baixo: apenas Cr\$ 60 bilhões a título de capital de giro para a Cia. Nacional de Abastecimento (Conab). Outros programas sociais estão em gestação, juntamente com o aumento da

oferta de empregos, devendo demandar cerca de US\$ 4 bilhões, em 1993, para a construção de habitação popular e recuperação de rodovias.

Simultaneamente a essas ações, há uma enorme tarefa a cumprir na arrumação das finanças públicas — pré-condição para a retomada do crescimento econômico de maneira geral e auto-sustentada. O documento sobre as diretrizes de curto prazo alinha as medidas que precisam ser tomadas para "equacionar o passivo do setor público".

As cifras são estrondosas. As empresas estatais devem a quantia de US\$ 93,4 bilhões (dados de outubro último), sendo que 64% desses débitos são de responsabilidade do setor elétrico e da Itaipu Binacional. Os estados e municípios devem US\$ 49 bilhões (à União, às instituições financeiras federais e em dívida mobiliária). Além dessas dívidas, há os "rombos" potenciais do Sistema Financeiro da Habitação e, do FGTS, o desequilíbrio estrutural da Previdência Social.

Junto com a reforma fiscal e uma definição sobre como esses passivos serão tratados, outros dois pontos apoiariam as diretrizes de curto prazo: a reforma do sistema financeiro e as reformas estruturais.